

POBRES E POBREZA: metamorfoses e fabulações

Monique Borba Cerqueira
Instituto de Saúde de São Paulo

POBRES E POBREZA: metamorfoses e fabulações

Resumo: A vasta classificação utilizada para caracterizar o “homem pobre” é acompanhada por formas de exortá-lo, idealizá-lo, esconjurá-lo. Para além da associação da pobreza à destituição material, sua forma mais aparente corresponde a uma situação reles e desprezível, engendrada por um universo moral que possui o ardil de uniformizar, tornando pejorativas várias dimensões da vida dos chamados “pobres”. É assim que enquanto força dinâmica, a pobreza se ergue e circula, ocupando falas, cenários, subjetividades, identificando-se a um amplo conjunto de práticas que operam seus enquadres, nomeações e recriações constantes da subalternidade. Este artigo objetiva desconstruir a impotência dos pobres, ao debater o construto histórico, moral e político que produz e atualiza sua figuração, evidenciando a instância de dominação que lhe é própria. Trata-se de desessencializar a questão da pobreza e dos pobres como maquinação capaz de imputar sofrimento, piedade e resignação.

Palavras-chave: Pobres, pobreza, construção da subalternidade.

POOR AND POVERTY: metamorphosis and fables

Abstract: The wide variety of classification concepts used to characterize “the poor” has been accompanied by a rationale that admonishes them, idealizes them or execrates them. Beyond linking poverty to material and social destitution, its most apparent form of manifestation relates to a contemptible situation that is engendered by a moral universe where people are standardized, as a means to belittle the many dimensions of life of the so-called “poor”. This is how poverty, as a driving force, soars and spills over talks, settings and subjectivities, thus identifying itself with a vast set of practices that fits to its frames, designations and recreations that are inherent to subalternity. The present study aims to deconstruct the powerlessness of the poor and highlights the instance of domination to which they are subjected by discussing the legitimacy of the moral constructs that shape and define the configuration of the poor.

Key words: Poor, poverty, construction of inferiority.

Recebido em: 07.10.2008. Aprovado em: 01.07.2009

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo assiste à exaustão modos de civilização que produzem sujeitos banidos, sobreviventes que exibem uma figuração caótica e massiva. Sobrantes e miseráveis de toda a ordem são tomados por uma visão unidimensional. Esse é o universo dos pobres, onde não há nenhuma singularidade ou complexidade — nada os distingue.

Detentores de um fardo insolúvel, os pobres contrastam com a transparência que os quantifica, localiza e controla por meio de elucubrações estatísticas que polarizam o debate político e social. Assim, ciência e sociedade tomam para si a tarefa de dizer quem são e qual o lugar social dos pobres. Inúmeros são os estudos sobre a diversidade da privação, as artimanhas do regime da falta e o modo como a carência toca cada signo do social. Esse registro obsessivo do fenômeno pobreza também indica um testemunho passivo que assiste a vida vergar.

Não apenas o ressentimento e o horror dos “vencidos” têm sido explorados insistentemente, fazendo circular mensagens de penúria e desamparo, denúncia e injustiça. Trata-se também de reproduzir uma verdade essencial, onde os pobres são confinados a um mundo moral, bom, perfeito e justo que os remete à incapacidade e ao demérito.

Embora estejamos diante de uma realidade deplorável, lamentada e óbvia, o absolutamente aparente e facilmente notado não tem criado uma vida que interroga e experimenta novos caminhos e possibilidades. O diagnóstico aberrante do que somos não tem produzido um movimento na direção do que podemos ser, como lembra Foucault (1984):

Sans doute l'objectif principal aujourd'hui n'est-il pas de découvrir, mais de refuser, ce que nous sommes. Il nous faut imaginer et construire ce que nous pourrions être [...].

Por mais perversa que a vida possa parecer e maior repugnância que a realidade inspire, permanecemos tão somente impassíveis diante de um mundo que administra e confirma nossas incapacidades, fazendo parecer impossível a criação de saídas para a existência.

Nesse sentido, o trevoso mundo dos pobres é um problema que aponta para além da esfera econômica, política ou social, remetendo ao esgotamento dos modelos de civilização. Este artigo responde ao incômodo diante da linearidade de interpretações correntes sobre os pobres e tem como objetivo principal a desconstrução e desnaturalização das figurações do pobre e da noção de pobreza, discutindo categorias que definem, apreendem e problematizam o seu conteúdo valorativo. Trata-se de explorar a essencialidade expressa em rótulos e estereótipos

que perpassam a ordem discursiva e os múltiplos campos da realidade social, mostrando critérios de valoração implícitos ou explícitos e o grau de arbitrariedade e dominação que encerram. Nesse sentido, é necessário operar uma desconstrução do repertório de representações que acercam o pobre e a pobreza, a fim de revelar um pouco mais sobre esse universo fragmentário e surpreendente.

Na literatura recente, como lembra Sarti (2003, p.36), muito se discutiu a pobreza, mas pouco se tematizou os pobres, cuja perspectiva de compreensão definiu-se sempre a reboque do drama social. Isto nos remete a uma questão fundamental. São os pobres que têm constelado em torno de si toda a carga opressiva e difusa de representações sobre a pobreza. Tal universo de representações configura uma matriz simbólica que, como uma teia, envolve a vida social e os vários discursos sobre a pobreza. É a partir de um plano desigual e heterogêneo de forças sociais que acontece a construção de códigos de poder arbitrários que se exercem de forma concreta sobre os corpos e mentes dos chamados “pobres”.

Embora nas últimas décadas no Brasil, tenha se produzido um amplo e sofisticado saber sobre a pobreza, nos parece impossível dialogar com a pobreza sem compreender os pobres. Até porque, como afirma Andrade (1989, p. 11):

[...] a sociedade brasileira está disposta de modo a perpetuar e a reproduzir a pobreza enquanto tal. Somos todos, os trabalhadores deste país, permanente e insidiosamente interpelados como pobres.

Identificados como vagos e imprecisos contingentes humanos, pobres somos todos nós, ao compartilharmos o sentimento repisado de angústia e frustração que nos separa da existência de justiça social e equidade em nosso país.

2 POBRES E POBREZA: moldando a imprecisão

Pobres e pobreza constituem um tema de difícil abordagem, seja por sua capacidade de produzir num plano abstrato, um círculo estéril e vicioso de impasses no debate político, econômico e sociológico, seja pela exaustão que se explicita na sua concretude como fenômeno do mundo, generalizado e banal, apontando cada vez mais para uma realidade aceita socialmente e muito próxima do imutável. Essa mesma imprecisão e fluidez passa pelo debate acadêmico e é evidenciada na preocupação de especialistas com a urgência da construção de um método científico consistente capaz de medir internacionalmente a pobreza, ao mesmo tempo em que os indicadores precisariam incluir "**medidas subjetivas relacionadas ao sentir-se pobre.**"

Trata-se de tentar mapear e dar contenção a um fenômeno poroso, altamente complexo. Nesse sentido, nossa discussão exige, a princípio, não tomar a pobreza como fenômeno determinado exclusivamente por um padrão econômico expresso na esfera da materialidade, mas também a partir da dinâmica das relações simbólicas que ancoram padrões de sociabilidade no mundo social.

A desvalorização das forças da vida inventa o pobre — o mal provido, pouco fértil, pouco produtivo, de pouco valor, mal dotado, desfavorecido, desprotegido, digno de compaixão, infeliz — apenas algumas acepções para a palavra “pobre”.

A moral cria códigos de conduta e regras na direção de um campo impositivo, utilitário e finalista, configurando relações de dominação, expressas em sentenças inabaláveis que modelam o que se deve pensar, como agir, em que acreditar. Quando o pobre não é circunstanciado numa fórmula única, estanque, ele é uma criatura híbrida, o aceitável e o inaceitável, aquilo que todos sabem e não sabem exatamente o que é. Por isso, requer atenção todo modo de identificar, classificar, qualificar o pobre. Códigos moralmente compartilhados recomendam, indicam, estabelecem que o pobre bom, o pobre dócil é aquele que consome pouco, é trabalhador, está inserido em algum arranjo ou dinâmica familiar, pode ser ou não eleitor, pois sua mera figuração existencial produz dividendos políticos. Esse é o pobre que está na literatura, na mídia, nas plataformas políticas, nos programas sociais. É o pobre que não pode falar, mas de quem se fala. É o pobre que recebe elogios, prêmios por seu esforço criativo ou empreendedor, é aquele para quem se planeja intervenções e se imagina resgatar dos limites da doença, do crime, da delinqüência; às vezes, incômodo, esse pobre é, sobretudo, útil. Ele se diferencia radicalmente do pobre inaceitável, do vadio, daquele que pode acumular imperfeições morais graves: ser miserável, sujo, famélico, pavoroso em sua tradicional figuração supliciada. Massacrado, o pobre é incapaz, grotesco, burro, abjeto, ocupando um lugar de subtração e exibindo sempre alguma forma de apagamento de si. Por isso, ao conjunto da plebe nomeia-se “**povo**”, título que prima pela mesma indiferenciação atribuída às “**classes populares**”.

O predomínio de uma idéia informe e fantasmática de pobreza não dissimula, molda e atormenta apenas os desvalidos. Implantada no coração social, a ameaça representada pela **falta soberana** gera medo e engendra dispositivos políticos que percorrem toda sociedade. Muitas são as gradações que essa poderosa máquina de codificação estabelecerá sobre grupos e indivíduos.

Mas pobreza não é apenas uma palavra destinada a designar, é o lugar de confinamento dos pobres. Por isso, surpreendente é a linha que atravessa as dimensões semânticas reveladas na incrível variedade de representações em que o **pobre e a pobreza** associam-se a sentimentos. Mollat (1989) chama atenção para a enorme condescendência que o diminutivo “pobrezinho” pode exprimir, bem como suas

oscilações de sentido, que vão do desdém, ao desprezo; do desprezo à repulsa. Conferindo ainda mais complexidade ao nosso objeto de investigação, uma incrível dramaticidade cerca o homem pobre e sua condição sofrida.

Há também outro tipo de desvalido, aquele que é “*sujo*”, “*esfarrapado*”, “*nauseabundo*”, “*coberto de úlceras*” e “*repugnante*”. Pode ser, além disso, um “*desclassificado*”, representante da “*escória*”, o “*refugo*”, “*o rebotalho de todas as classes*” (MARX, 1978).

Verifica-se que a pobreza como grande fórmula social só exhibe sua excepcional carga de opressão quando mesclada ao jogo sorrateiro, imaterial e valorativo que, em geral, remete à desqualificação e despontualização da vida social como um todo.

Muitas respostas foram dadas em todos os tempos à intrigante questão da pobreza. Mas, a rigor, a pobreza é, antes de tudo, reconhecida pela destituição material, embora não seja sua única expressão. Talvez resida aí a chave de um mistério que informa sobre a universalidade da pobreza no mundo capitalista. A forma mais aparente da pobreza está associada a uma situação aviltante, produto de forças materiais e simbólicas que possuem o ardil de uniformizar em negativo todas as dimensões da vida daqueles que são considerados pobres. E é sob este solo moral que se define um regime de representação e intervenção que elege qual o contingente de minimização humana sob seu foco.

No Brasil, a sociedade colonial em sua característica estamental revela o desclassificado social como o “homem livre pobre”, muito freqüentemente miserável e quase sem vantagens, se comparado ao escravo. Nesse caso, a desvalorização do homem liberto em situação de pobreza dá origem ao pobre. Mas muitos são os pobres e muitas as pobrezas. Os sentidos variam desde o ponto de vista histórico, social e cultural. Visões díspares se apresentam.

Em épocas diferentes, muda a função principal da imagem do pobre, altera-se a ordem dos valores em que está inscrito, modifica-se a avaliação ética e estética dessa personagem (GEREMEK, 1995, p.7).

Embora na idade média a pobreza tenha sido embalada por um status divino, na modernidade ela se torna uma condição degradante, um castigo de insubordinação às forças do mercado.

A realidade que corresponde a essa imaginária moderna é aquilo que desde o século XVIII, veio a ser chamado de questão social e que poderíamos, melhor e mais simplesmente, denominar de

aguda miséria, cuja ignomínia consiste em sua força desumanizadora; a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto de seus corpos, isto é, ao império absoluto da necessidade, como todos os homens a conhecem a partir de sua experiência mais íntima independente de todas as especulações (ARENDE, 1995, p. 48).

Nessa perspectiva, a construção da categoria pobre retira da condição humana suas múltiplas possibilidades de ser. O pobre é circunstanciado numa fórmula única, estanque. É assim que a representação do pobre e da pobreza se constitui através de ícones exemplares para todos que se atrevam a não zelar por seu lugar na ordem social. Nesse sentido, Andrade (1989, p.111), ao comentar o caso brasileiro afirma que “a ordem estabelecida requer a pobreza e a reproduz enquanto tal (isto é, enquanto carência material e demanda social difusa).” Dando continuidade a mesma análise, o autor mostra as implicações políticas desse processo.

A base desse processo geral, portanto, é a caracterização da população como pobre. Mas a pobreza tem vários significados políticos. Ela pode significar desamparo, fonte de legitimidade eleitoral, subversão, crime e debilidade organizatória. A cada um desses significados correspondem complexos institucionais específicos. Esses complexos, consolidados e superpostos, fixam os pobres em sua condição, de tal forma que os pobres eles mesmos reproduzem, como num jogo de espelhos as condições institucionais de sua existência. (ANDRADE, 1989, p. 112).

A pobreza se ergue com uma força dinâmica e frenética, máquina metamorfoseante que define cenários e subjetividades. E é a partir de um conjunto de práticas que a pobreza opera seus enquadres, nomeações, recriações constantes da subalternidade que insiste em produzir impotência, não só nos pobres, mas em toda sociedade. O pobre é uma criatura híbrida, é o aceitável e o inaceitável, argila moldável ao gosto e interesse dos campos político, social e moral. A partir dessa perspectiva, pode-se problematizar os pobres como uma astuciosa ficção de poder e superioridade.

3 POBRES E POBREZA NO BRASIL: a ótica das ciências sociais

Nas Ciências Sociais, inúmeros autores pretenderam identificar as diferentes formas assumidas pelas categorias “pobre” e “pobreza”. A interlocução com alguns deles (VALLADARES, 1991; SARTI, 2003; SPRANDEL, 2004; ZALUAR, 2000) é importante para ilustrar questões referidas anteriormente, agora sob o foco da produção intelectual brasileira.

Valladares (1991) faz um estudo elucidativo das representações da pobreza urbana no Brasil nos últimos cem anos, destacando os períodos da virada do século XIX para XX, as décadas de 50-60 e de 70-80 deste mesmo século. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil” é um trabalho interessante por sintetizar historicamente os planos e deslocamentos da representação da pobreza. A autora descreve a rota de mutações da categoria pobre, carregada de interesses políticos e econômicos que se subscrevem no plano sócio-cultural. Segundo ela, somente no século XIX a pobreza emerge com força aos olhos da elite nacional, exatamente no momento de transição para uma ordem capitalista. É na virada do século, com o regime republicano, que surge uma idéia de pobreza estreitamente relacionada ao discurso e às práticas higienistas, vindo de encontro com o que afirma Foucault (1988, p. 97):

[...] aparece, no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas.

Sob esta lógica, o cortiço, enquanto unidade habitacional insalubre, e as populações pobres que o habitavam, entraram na mira da medicina higienista, passando a ser representadas como as “classes perigosas”, numa conjuntura política que apregoava a manutenção da ordem social (VALLADARES, 1991). O mundo do trabalho e suas obrigações morais, fortalecido pela idéia recente de assalariamento construiu-se a partir da dicotomia entre a população integrada e a desordem comandada pelos desocupados — os vadios ou pobres. No entanto, a idéia de periculosidade associada aos grupos empobrecidos consolida-se com as revoltas populares ocorridas entre o fim do século XIX e início do século XX, sendo a mais conhecida, a Revolta da Vacina, 1904 (Ibid., 1991). Interessante é observar que a condição de pobreza era atribuída a todo aquele que não era trabalhador, ou seja, o indivíduo improdutivo, portanto, fora da nova ordem capitalista. Tal visão do pobre se transforma inteiramente nos anos 50-60, quando a pobreza transita espacialmente do cortiço para favela e o pobre passa da vadiagem ao subemprego (Ibid., 1991).

Um exercício de comparação com a virada do século sugere que a noção de pobreza já começava a sofrer algumas importantes alterações. Em primeiro lugar, relativiza-se a idéia de que a pobreza é responsabilidade individual, sendo pobres aqueles cujas fraquezas morais não haviam ainda respondido ao ‘chamado do trabalho’. Reconhece-se que são determinantes externos ao indivíduo que o conduzem à situação de pobreza, cabendo muito mais à sociedade que a ele mesmo a responsabilidade por uma condição da qual ele dificilmente consegue escapar (Ibid, 1991, p. 99).

A novidade neste momento é a emergência da teoria da marginalidade que ressalta a incapacidade do sistema econômico em incorporar toda população no mercado de trabalho, fazendo com que os pobres passem a ser considerados excluídos pelas forças do mercado, tornando-se marginalizados. A autora ressalta também que é a partir dos anos 50 que o cientista social passa a compor, junto com os economistas, uma nova voz que muito influenciará o discurso sobre a pobreza.

Assim é que novas denominações e um caráter fundamentalmente técnico passam a ser adotados, a partir dos anos 60. A nova terminologia, importada do Banco Mundial e de organismos internacionais que exportam políticas sociais nas áreas de educação, saúde e habitação principalmente, traz como novidade a introdução da variável renda na definição de pobreza. A idéia era a de que usando deste artifício seria possível orientar melhor a alocação dos recursos governamentais, a partir da definição de linhas de pobreza e de critérios de elegibilidade.

A nova categorização, tomando o salário mínimo como parâmetro, leva a uma novidade: a pobreza passa a ser aceita e conhecida tão somente como um fenômeno de insuficiência de renda. Pobreza torna-se sinônimo de carência, situação em que o atendimento das necessidades biológicas e sociais dos indivíduos e suas famílias está abaixo de um patamar mínimo. A partir deste novo princípio classificatório torna-se possível diferenciar grupos no interior da população pobre: aqueles acima ou abaixo da linha de pobreza; aqueles com ou sem renda regular medida em termos de salário-mínimo (Ibid., 1991, p.100).

A representação da pobreza desloca-se, assim, para a órbita da Economia. É a participação na atividade econômica que define e escalona o lugar dos pobres na grande base da pirâmide social. “O que interessa é identificar quem tem ou não tem capacidade de satisfazer suas necessidades básicas dentro de padrões de consumo...” (Ibid., 1991).

Ainda a partir da análise da autora, os anos 70-80 introduzem uma outra unidade espacial para identificar os pobres e a pobreza — a periferia. É nesse período que se dá a periferização das massas trabalhadoras, afastadas compulsoriamente dos pontos de centralidade urbana.

Sarti (2003) identifica os anos 70 como um período em que as ciências sociais brasileiras passam a localizar os pobres “a partir de seu lugar na produção”, mas também como “sujeitos políticos” pensados como “agentes da transformação social, a partir da noção de classe” (SARTI, 2003, p. 37). Segundo a autora, os pobres foram pensados, nessa perspectiva ‘produtivista’, a partir de uma visão na qual eles próprios não se reconhecem, o que foi considerado uma marca de sua ‘alienação’ ou ‘falsa consciência’ por vários militantes e intelectuais. Em outras palavras, os pobres foram pensados como se sua identidade social fosse ou devesse ser construída exclusivamente a partir de sua determinação de

classe, ou, de outro ponto de vista, como se suas ações fossem ou devessem ser motivadas pelo interesse em satisfazer suas necessidades materiais, uma vez que eles foram definidos por essa carência básica (SARTI., 2003, p. 39).

Num capítulo intitulado “As teorias sociais e os pobres: os pobres como objeto”, Zaluar (2000) discute o papel político dos pobres na produção intelectual como personagens que, mesmo centralmente presentes nessa literatura, jamais “ocuparam o lugar da renovação ou da transformação” (ZALUAR, 2000, p. 35).

Nas dicotomias presentes nos estudos sobre o seu papel político, aos ‘pobres’ urbanos coube carregar o peso do fisiológico em oposição ao ideológico, do tradicional em oposição ao moderno, do atraso em oposição ao avanço, do pessoal particularista em oposição ao universal e, acima de tudo, do material imediato em oposição aos ideais mais amplos, gerais e prementes da sociedade nacional (ZALUAR, 2000, p. 35).

É também nos anos 70 que surgem e se fortalecem os movimentos sociais urbanos, o que leva a uma possível associação entre pobres/pobreza e a idéia de cidadania, uma vez que as necessidades impostas à periferia geraram movimentos reivindicatórios e lutas por direitos sociais. No entanto, Sarti (2003) nos lembra que a representação negativa dos pobres continua a existir nas ciências sociais, transitando da idéia de “falta” de consciência de classe para “falta de direitos de cidadania”.

Os anos 80, segundo Valladares (1991), indicariam um retrocesso nos últimos cem anos, uma vez que a escalada da violência urbana acabou por recolocar sob suspeita o trabalhador e o habitante da periferia como agentes potenciais da criminalidade. O pobre volta a ser considerado indivíduo perigoso, como na virada do século XIX para o XX.

Uma outra linha de interpretação, vinculada aos estudos etnográficos, “correspondeu a uma valorização da diversidade cultural”, do universo simbólico, contemplando os modos de vida das populações pobres (SARTI, 2003, p. 43). A autora ressalta os equívocos de algumas abordagens antropológicas que autonomizaram a dimensão da cultura, esquecendo-se do contexto político e desprezando a idéia fundamental de que os pobres participam de uma sociedade mais ampla. Nessa linha de pensamento, é preciso apontar também as dificuldades causadas pela idéia introduzida nos anos 60, por Oscar Lewis (1979), de uma “cultura da pobreza” que teve forte influência nos meios acadêmicos internacionais, embora amplamente criticada nas ciências sociais.

Já o trabalho de Sprandel (2004) na linha da antropologia política, analisa a pobreza como preocupação historicamente recente no Brasil e considera que apenas a partir da década de 80, a pobreza tornou-se tema central, tanto de reflexão como de ação política. No entanto, a autora considera

pobreza tornou-se tema central, tanto de reflexão como de ação política. No entanto, a autora considera que somente na década de 90, no bojo da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida — a Campanha de Combate à Fome — a pobreza assumiu centralidade como uma questão governamental. É também na década de 90 que a pobreza passaria a ser um tema quase que exclusivo dos economistas, sempre em dia com a pauta dos organismos internacionais de desenvolvimento (Ibid., 2004). Data desse período recente a definitiva consagração dos números como mecanismo de inquestionável valor para medir, mostrar, sugerir, comprovar e equacionar o problema da pobreza. Tal abordagem coloca uma grave questão metodológica a ser enfrentada, já que a abordagem quantitativa passa a ter ascendência sobre os estudos qualitativos. Os saberes sobre a pobreza passam a se basear numa abstração numérica e não no plano da discussão de idéias, dos sujeitos envolvidos e da realidade social concreta.

Provocante e certo é o debate feito por Sprandel (2004) sobre as representações da pobreza nos organismos internacionais da atualidade. Ela identifica a existência de um discurso e uma prática em relação à 'pobreza' que é próprio dos grandes organismos internacionais, mais especificamente do Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Trata-se de um discurso que considera a 'pobreza' e os 'pobres' de forma quase naturalizada, como um dado da realidade, antigo no tempo e generalizado geograficamente. Em sua fase mais recente e progressista, como veremos adiante, tal discurso defende o empowerment dos pobres e afirma que suas vozes precisam ser ouvidas (SPRANDEL., 2004).

Certamente não é a intenção dos organismos internacionais criar uma poderosa máquina de empoderamento das classes populares, muito menos libertá-los do estigma da impotência. O avanço assinalado pelo BIRD em anos recentes, através do desenvolvimento do projeto "Voices of the poor", considerado pelos seus porta-vozes um marco "em relação à visão tradicional da instituição sobre a pobreza, baseada apenas em dados quantitativos", embora contrário ao objetivo do próprio Banco Mundial de formular políticas, teria a intenção de "dar voz aos pobres" (SPRANDEL, 2004, p. 148).

Esse exemplo recoloca o problema das abordagens metodológicas sobre a pobreza, evidenciando que não se trata apenas de adotar um enfoque prioritariamente quantitativo ou qualitativo, mas de saber claramente quais os objetivos propostos por cada um.

O problema metodológico e ético que aponta para a oscilação dos referenciais que vem definindo "quem são os pobres" e "o que é a pobreza" tem uma correspondência direta com a questão da **biopolítica da população** proposta por Foucault (1985, p. 131).

Nesse sentido, a estatística aparece como instrumento governamental de controle das populações, da "administração dos corpos" através da "gestão calculista da vida".

Ainda sobre o forte viés matemático que notabiliza o saber estatístico sobre a pobreza por meio dos organismos internacionais, Sprandel (2004, p.148) argumenta:

[...] uma vez identificados, os 'pobres' são analisados de forma quase acachapante, como fossem internamente homogêneos e social e politicamente isolados.

Observa-se que tanto os relatórios sobre o desenvolvimento mundial e os relatórios sobre o desenvolvimento humano estão referidos à lógica de naturalização da "pobreza" e dos "pobres", que identifica sob estas categorias milhões de pessoas, nos mais diferentes pontos do planeta (Ibid., 2004). A autora acrescenta ainda que além de um "amplo" conhecimento que "só os números podem mostrar" — algo que dota os organismos internacionais de uma aptidão técnica "acima de qualquer suspeita" — seu discurso sobre a pobreza é reforçado pelo caráter sensível e humanitário, portanto 'verdadeiro' e eticamente inatacável.

4 CONCLUSÃO

O caráter abstrato e fluido da noção de pobreza permite várias abordagens e informa de maneira exemplar diversas formas de conceber os pobres e a pobreza. Os enfoques abstracionista, tecnicista, reducionista, moralista e tantos outros permeiam a maioria das narrativas, imprimindo diferentes matizes ao registro discursivo. Na grande maioria dos casos, o pobre, sua fala, sua escuta, sua presença, sua existência é apagada ou minimizada sob o peso dos estereótipos já consagrados. Enquanto os pobres são permanentemente subalternizados, a pobreza é essencializada, num movimento de degradação que aponta para modelos ideais e obsessivos em busca da estabilidade social.

Vale lembrar ainda que ao contrário das visões que alegam uma tendência à obscuridade na qual enclausurou-se a pobreza, Telles (1999) afirma o quanto estamos diante de uma realidade amplamente registrada na sociedade brasileira. Mas por que essa pobreza tão conhecida, tão persistente sempre foi incapaz de exigir padrões mínimos de civilização? Este é o enigma da pobreza brasileira, segundo Vera Telles. Até que ponto essa ampla visibilidade que temos da pobreza nos provoca? E aqui a imagem mistura-se à experiência real de uma sociedade que tropeça na miséria e, talvez, por isso mesmo, tenha criado tantos artifícios para absorvê-la de forma silenciosa. Até porque uma representação da pobreza é sempre construída numa relação íntima com um sujeito articulado a um campo de propósitos e

referências que se lançam juntos a cumprir seus objetivos.

Sob este cenário constela-se uma grande dificuldade: a de reconhecer que os pobres são, antes de tudo, possuidores de desejo, além de serem possuídos pelos desejos alheios. Martin-Barbero (2003), ao tematizar as transformações do "**homem da indústria**", cuja participação já não era apenas como espectador de um processo, mas também como ator, vê em "**Tempos Modernos**", o filme que apresenta um proletário, "**homem com fome, torpe, golpeado continuamente pela política e, contudo dotado de uma capacidade de significar, de uma força representativa imensa...**". Mas porque o desejo é uma força capaz de derrubar as distinções de classe, os pobres dificilmente são reconhecidos sob seu solo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Regis de Castro. Política e pobreza no Brasil. **Revista Lua Nova**, n.19, p.111, novembro, 1989.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, 1995.

FOULCAULT, M. Entretien avec Hubert L. Dreyfus et Paul Rabinow. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, un parcours philosophique**. Paris: Gallimard, 1984.

_____. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEWIS, Oscar. **Os filhos de Sanchez**, Lisboa: Moraes Editores, 1979.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Os Meios e as Mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SARTI, Cyntia Andersen. **A família como espelho - um estudo sobre a moral dos pobres**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPRANDEL, Márcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

TELLES, Vera. **Direitos Sociais - Afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG: 1999.

ALLADARES, Licia. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil**. In: BOSCHI, Renato R. **Corporativismo e desigualdade**. A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000.

NOTAS

1. Este artigo é baseado na tese de doutorado "Pobre, nômades e incivilizáveis: potência e criação de novos modos de vida", defendida na PUC/SP, por Monique Borba Cerqueira, sob orientação da Profa. Dra. Aldaíza Sposati.
2. Palestra realizada em 18/11/2002, na PUC/SP, pelo Professor Dave Gordon, Diretor do Centro Townsend para Pesquisa internacional sobre a Pobreza.
3. Martin-Barbero refere-se ao imortal personagem de Carlitos criado por Charles Chaplin.

Monique Borba Cerqueira

Socióloga, Pesquisadora Científica do Núcleo de Condições de Vida e Situação de Saúde do Instituto de Saúde de São Paulo, Doutora em Políticas Sociais e Movimentos Sociais (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP), Mestre em Sociologia (UNICAMP).

E-Mail: monique@isaude.sp.gov.br

Instituto de Saúde de São Paulo

Rua Santo Antônio, 590/ 5º andar
Bela Vista - São Paulo/SP
CEP: 01314-000
www.isaude.sp.gov.br